



CMDCA

PROVA DE CONHECIMENTOS

02/06/2013

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 40 questões.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. No cartão-resposta, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta PRETA, preenchendo-se integralmente o alvéolo, rigorosamente dentro dos seus limites e sem rasuras.
4. O cartão-resposta é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; caso constate algum erro, notifique ao aplicador de provas.
5. O tempo de duração da prova é de 4 horas, já incluídas nesse período a leitura dos avisos, a coleta da impressão digital e a marcação do cartão-resposta.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **duas horas** de prova e poderá levar o caderno de prova somente no decurso dos últimos **trinta minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova, desde que permaneça em sala até esse momento.
7. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.

— QUESTÃO 01 —

A Lei n. 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi elaborada por diversos segmentos organizados da sociedade, consagrando a política de proteção integral às crianças e aos adolescentes. Essa legislação resguarda a criança e o adolescente como

- (A) passivo ao pátrio poder familiar e à proteção do Estado.
- (B) sujeito de direitos e deveres universalmente reconhecidos.
- (C) garantidor de direitos e de políticas públicas em situações de risco.
- (D) sujeito de direitos em situação irregular de desenvolvimento.
- (E) emancipados civil e administrativamente.

— QUESTÃO 02 —

Para regulamentação do ECA, no município de Goiânia, foi promulgada a Lei n. 8.483/2006, que disciplina a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Esta lei prevê que

- (A) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Juventude são órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) a Corregedoria dos Conselhos Tutelares é o órgão competente para controlar o funcionamento dos conselhos; dentre suas atribuições está a fiscalização do horário de atendimento dos conselhos tutelares, o regime de trabalho e a forma de plantão, de modo a garantir o atendimento à população vinte e quatro horas por dia.
- (C) a Corregedoria dos Conselhos Tutelares, constatada falta grave de conselheiro, poderá adverti-lo; suspender suas atividades sem remuneração; declarar perda da função; nomear interventor para o cargo vago; indicar um dos membros da corregedoria para assumir demanda não cumprida ou não efetivada por conselheiro tutelar.
- (D) o conselheiro tutelar comete falta grave ao dar entrevista para veículo de comunicação impressa ou televisiva de crime cometido por ou contra criança ou adolescente; recusar-se a prestar atendimento; deixar de comparecer no horário de trabalho estabelecido e exercer qualquer outra atividade incompatível à função de Conselheiro, inclusive atividades de cunho religioso.
- (E) os conselhos tutelares em Goiânia sejam em número de doze e se constituam órgãos permanentes, autônomos, cada um encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, divididos em circunscrição geográfica de atuação definida pelo Juizado da Infância e da Juventude e do Ministério Público.

— QUESTÃO 03 —

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis quando

- (A) houver ação ou omissão da sociedade ou do Estado; omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e, ainda, em razão da própria conduta da criança ou do adolescente.
- (B) ocorrer reiterada repetência escolar e a não adaptação ao primeiro emprego.
- (C) houver prática por parte da criança ou do adolescente de alguma conduta infracional e por ação ou omissão do Conselho Tutelar.
- (D) estiverem garantidos os direitos reconhecidos pelo ECA por políticas públicas municipais.
- (E) configurar evasão escolar, repetência, indisciplina escolar e familiar.

— QUESTÃO 04 —

No ato de aplicação das medidas protetivas deve-se levar em conta as necessidades pedagógicas, priorizando-se as que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como princípios que regem a aplicação dessas medidas, dentre outros, o seguinte:

- (A) a excepcionalidade do acolhimento institucional e do acolhimento familiar, pois são medidas utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar.
- (B) a condição irregular de desenvolvimento da criança e do adolescente e o interesse superior e econômico do poder público.
- (C) a publicidade dos atos de proteção da criança e do adolescente.
- (D) a isenção de responsabilidade estatal no acompanhamento das instituições que promovem acolhimento familiar.
- (E) a oitiva obrigatória e a participação da criança e do adolescente nos atos de definição da medida protetiva.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 05 —

As medidas protetivas previstas no ECA podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como serem substituídas a qualquer tempo. São consideradas medidas protetivas:

- (A) as com valor socioeducativo; atividades de escolarização e profissionalização; atividades culturais, esportivas e de lazer e atividades de assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
- (B) o encaminhamento aos pais ou ao responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; advertência e obrigação de reparar o dano.
- (C) a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (D) o acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar, colocação em família substituta e internação em estabelecimento educacional.
- (E) a advertência; obrigação de reparar dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

— QUESTÃO 06 —

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pela implementação dos direitos da criança e do adolescente. Considerando-se a autonomia, a estrutura e a competência funcional dos conselhos, o ECA prevê que

- (A) as decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas pelo Juiz da Infância e da Juventude a pedido de qualquer cidadão brasileiro, haja vista que o conselho é eleito pela comunidade, na forma estabelecida por legislação municipal e não tem atividade jurisdicional própria.
- (B) parentes, sogro e genro, irmão e irmã, tio e sobrinho, padrasto e enteado, com exceção de marido e mulher e de pai e filho, podem servir, de forma legítima, no mesmo Conselho Tutelar.
- (C) o parente de autoridade judiciária ou mesmo de representante do Ministério Público, mesmo das autoridades que tenham atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na respectiva comarca, seja regional ou distrital, pode ser Conselheiro Tutelar.
- (D) a função do Conselheiro Tutelar gera presunção de idoneidade moral, constitui serviço público de relevante natureza e acumula a função de implementar e executar políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco emergencial.
- (E) o exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante com reconhecida presunção de idoneidade moral.

— QUESTÃO 07 —

Dentre as atribuições do Conselho Tutelar, destacam-se as seguintes:

- (A) aplicar medidas socioeducativas, tais como advertência, obrigação de reparação de dano, prestação de serviço à comunidade.
- (B) aplicar medidas protetivas às crianças e aos adolescentes, tais como encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- (C) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo em face de criança ou adolescente e conhecer pedidos de adoção.
- (D) aplicar aos pais ou responsáveis as medidas protetivas de perda de guarda, destituição de tutela; suspensão do poder familiar e encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- (E) fiscalizar, suspender atividades e interditar estabelecimento comercial que esteja desrespeitando os direitos das crianças e dos adolescentes.

— QUESTÃO 08 —

É atribuição do Conselho Tutelar promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto,

- (A) fiscalizar, implementar, requisitar e executar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- (B) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- (C) ordenar à Polícia Militar a prisão de alguém que esteja desrespeitando as deliberações do Conselho Tutelar.
- (D) investigar a ocorrência de ato infracional, apurar a sua prática e executar medidas socioeducativas cabíveis.
- (E) encaminhar ao Ministério Público crianças e adolescentes que o próprio Conselho Tutelar tenha detido pelo prática de ato infracional.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 09 —

A Justiça da Infância e da Juventude é competente para

- (A) conhecer ações judiciais decorrentes de irregularidades em entidade de atendimento a crianças e adolescentes, aplicando as medidas cabíveis.
- (B) fiscalizar e dirigir processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.
- (C) investigar, representar, julgar e executar os atos infracionais atribuídos aos adolescentes.
- (D) ordenar que o Conselho Tutelar execute rondas em estabelecimentos comerciais que estejam desrespeitando direitos das crianças e dos adolescentes.
- (E) autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, acompanhado dos pais ou do responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.

— QUESTÃO 10 —

O ECA considera criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade. Dessa forma, no caso de

- (A) ato infracional praticado por aqueles que tenham idade acima de dezesseis anos, resguardado o direito ao acesso à Justiça e aos princípios do contraditório e ampla defesa, podem ser aplicadas as penas previstas no Código de Processo Penal.
- (B) atos infracionais praticados por crianças e adolescentes terão aplicadas, em resposta a esses atos, as medidas socioeducativas, entre elas, advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviços à comunidade.
- (C) ato infracional praticado por criança corresponderá às medidas protetivas, entre elas, encaminhamento aos pais ou ao responsável, mediante termo de responsabilidade.
- (D) ato infracional praticado por adolescente corresponderá às medidas protetivas, sendo vedada aplicação de medida socioeducativa de inserção em regime de semiliberdade.
- (E) ato infracional praticado por adolescente poderá ser aplicada medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, sendo que, antes da sentença, deve ser determinada pelo prazo máximo de noventa dias.

— QUESTÃO 11 —

As entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento e internação têm uma importante e peculiar missão estabelecida pelo ECA. Em relação ao trabalho desenvolvido por essas entidades, compete ao Conselho Tutelar

- (A) apurar, julgar e executar os atos infracionais cometidos em seus ambientes internos; comunicar à autoridade judiciária periodicamente os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
- (B) informar periodicamente ao adolescente internado sobre sua situação processual; manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos, sendo estas obrigações vinculadas apenas às entidades governamentais.
- (C) punir, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, dirigentes ou prepostos dessas entidades, podendo aplicar contra elas o fechamento da unidade ou a interdição do programa; suspender o repasse total ou parcial de verbas públicas e promover a cassação do registro cartorial.
- (D) apurar através de procedimento as irregularidades existentes em entidade governamental e não governamental, apuração esta que poderá também ser iniciada mediante portaria de autoridade judiciária e representação do Ministério Público; em todo caso, deve constar, obrigatoriamente, o resumo dos fatos.
- (E) decretar liminarmente o afastamento provisório de dirigente da entidade, desde que haja motivo grave de irregularidade constatada tanto em entidade governamental quanto em não governamental de atendimento, podendo o Conselho Tutelar informar ao Ministério Público e ao juiz.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 12 —

Em caso de violação dos direitos da criança e do adolescente pelo Estado, qual é o nível de autonomia na atuação dos Conselhos Tutelares?

- (A) São órgãos de organização da sociedade, nesse sentido, têm autonomia completa em relação ao Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, haja vista que os Conselhos Tutelares são órgãos de organização da sociedade.
- (B) São órgãos autônomos, não jurisdicionais, não subordinados, desvinculados quanto às decisões dos órgãos da administração pública direta e indireta; entretanto, suas ações devem ser fiscalizadas pelo Ministério Público.
- (C) São órgãos subordinados apenas ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e Juventude, inclusive em relação à dotação orçamentária, mas são completamente autônomos em relação à administração pública.
- (D) São órgãos autônomos em relação à administração pública municipal e estadual; porém, estão subordinados administrativamente ao Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.
- (E) São órgãos subordinados administrativamente à Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente; na ausência desta, às secretarias municipais da área social; entretanto, são autônomos em relação aos órgãos estaduais e federais.

— QUESTÃO 13 —

É de competência do governo municipal no âmbito da segurança pública:

- (A) realizar campanhas contra o extermínio da juventude na perspectiva da prevenção à criminalidade urbana.
- (B) armar a Guarda Municipal para o policiamento ostensivo e o combate à violência urbana.
- (C) propor parceria com a Polícia Militar e a Polícia Civil nas investigações de crimes hediondos.
- (D) administrar em parceria com o poder público estadual a Casa de Prisão Provisória.
- (E) realizar por meio da Guarda Municipal e do Conselho Tutelar ronda nas escolas públicas municipais, onde houver denúncia de tráfico de drogas.

— QUESTÃO 14 —

Dentre as políticas públicas municipais de segurança, inclui-se a seguinte:

- (A) o recolhimento das ruas da capital de pessoas em situação de rua, de crianças abandonadas e usuários de entorpecentes, pelo poder público municipal, através de seus órgãos, como Secretaria de Fiscalização Urbana, Secretaria de Assistência Social e Guarda Municipal, em parceria, se necessário, com as polícias militar e civil.
- (B) a fiscalização de estabelecimentos que desrespeitam os direitos das crianças e dos adolescentes, podendo a Guarda Municipal, em parceria com o Conselho Tutelar, fazer inspeções *in locu* e interditar estabelecimentos em caso de violações.
- (C) a intervenção em escolas municipais pela Guarda Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar, Conselho de Educação e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em casos de conflitos físicos entre alunos e entre alunos e professores.
- (D) o combate ao crime de tráfico de drogas desencadeado no âmbito da capital quando envolve crianças e adolescentes, conforme previsão legal.
- (E) o papel da Guarda Municipal com a finalidade de promover a proteção do patrimônio, bens, serviços e instalações públicas municipais, bem como o apoio à administração municipal no exercício de seu poder de polícia administrativa e a execução das políticas e diretrizes relacionadas à segurança urbana preventiva e à Defesa Civil, nos limites das competências legais do poder público municipal.

— QUESTÃO 15 —

De acordo com a Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000, considera-se o menor trabalhador aquele que tem de

- (A) doze até dezoito anos.
- (B) dezesseis até dezoito anos.
- (C) quatorze até dezoito anos.
- (D) doze até dezesseis anos.
- (E) doze até quatorze anos.

— QUESTÃO 16 —

Conforme legislação vigente (Lei n. 10.097), ao menor aprendiz é garantido:

- (A) ter contrato de aprendizagem por escrito e por prazo determinado.
- (B) facultar a frequência à escola.
- (C) trabalhar em qualquer ambiente.
- (D) facultar ao empregador anotação na carteira de trabalho e previdência social.
- (E) ter contrato de aprendizagem sem prazo estipulado.

— QUESTÃO 17 —

Em relação às ações de assistência social, a Lei Municipal n. 8.248, de 19 de janeiro de 2004, define que são requisitos básicos para o empreendimento de parcerias entre o poder público municipal e as entidades da sociedade civil:

- (A) plano municipal de assistência social; termo de compromisso; ausência de fins lucrativos.
- (B) subvenção social; termo de compromisso; descentralização de recursos orçamentários para execução do convênio.
- (C) ausência de fins lucrativos; vinculação à política municipal de assistência social e mútua disponibilização de recursos.
- (D) transferência de recursos financeiros; cooperação técnica; assinatura de convênios.
- (E) ações complementares às do poder público municipal; projeto de intervenção; termo de compromisso.

— QUESTÃO 18 —

Segundo a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a assistência social está organizada com base em três diretrizes, sendo uma delas a seguinte:

- (A) habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária.
- (B) estímulo e apoio técnico e financeiro às associações e aos consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- (C) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rural.
- (D) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- (E) estabelecimento de um conjunto integrado de ações de iniciativa da sociedade, para garantir atendimento às necessidades básicas.

— QUESTÃO 19 —

A Política Nacional de Assistência Social está alicerçada nas proteções:

- (A) integral e matricialidade sociofamiliar.
- (B) integral e institucional.
- (C) especial e social institucional.
- (D) primária e secundária.
- (E) social básica e social especial.

— QUESTÃO 20 —

Segundo a Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, são princípios organizativos do Sistema Único da Assistência Social:

- (A) respeito a diversidades culturais, étnicas, religiosas; participação popular; gestão democrática.
- (B) universalidade; gratuidade; integralidade da proteção social; intersectorialidade; equidade.
- (C) protagonismo dos usuários; comando único das ações; respeito à dignidade humana; autonomia.
- (D) controle social; participação popular; gestão integrada; territorialização; descentralização.
- (E) defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade e da cidadania.

— QUESTÃO 21 —

M. tem onze anos, mora com sua mãe que trabalha como doméstica e, há três anos, parou de estudar. Vendia frutas nos semáforos da cidade e foi apreendida pela polícia com a alegação de que estava cometendo pequenos furtos. Foi encaminhada ao Conselho Tutelar, que deverá aplicar a seguinte medida:

- (A) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- (B) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (C) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino.
- (D) suspensão ou destituição do poder familiar.
- (E) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.

— QUESTÃO 22 —

A diretora de um determinado colégio municipal solicitou a presença do Conselho Tutelar, pois o aluno J., de nove anos, que cursa a segunda série do ensino fundamental, é muito indisciplinado. Na sala de aula, joga papel no chão e nos colegas, responde à professora. A direção não sabe mais o que fazer. O Conselheiro Tutelar ouviu a queixa e esclareceu à diretora que atos de indisciplina praticados por crianças e adolescentes são:

- (A) de competência exclusiva da escola, que deve analisá-los com base no regimento escolar.
- (B) de natureza grave, e os autores devem ser encaminhados para a Delegacia de Apuração de Atos Infracionais.
- (C) de responsabilidade do Ministério Público, que deve ser comunicado para aplicação das medidas previstas.
- (D) passíveis de expulsão, pois representam péssimo exemplo para a comunidade escolar.
- (E) de competência da Secretaria Municipal de Educação, que deve agir nessa situação.

— QUESTÃO 23 —

T. é vizinha da menina J., de 13 anos, que mora com a mãe, o padrasto e três irmãos mais novos. A mãe trabalha o dia todo e, quando a menina chega da escola, fica só com o padrasto, pois os irmãos estudam à tarde. Quando a menina chega da escola a casa é trancada e, de vez em quando, ouve-se seu choro. T. ligou para o Conselho Tutelar e denunciou o padrasto de J. por suspeita de abuso sexual. O conselho deve, nesse caso, adotar as seguintes providências:

- (A) investigar o caso e orientar a mãe sobre como agir com o padrasto.
- (B) encaminhar a menina para uma entidade de acolhimento institucional e denunciar o padrasto na delegacia.
- (C) levar o caso imediatamente ao Ministério Público e retirar o poder familiar da mãe.
- (D) encaminhar ao Ministério Público e aplicar medidas de proteção à adolescente.
- (E) levar o caso imediatamente ao Juizado da Infância e Juventude e orientar a família.

— QUESTÃO 24 —

R., C. e P., respectivamente de sete, seis e quatro anos, são filhos de dona A., que trabalha como diarista, mas, constantemente, encontra-se em estado de embriaguez e não comparece ao trabalho, única fonte de renda da família. Às vezes, deixa os filhos sem alimentação, negligencia os afazeres domésticos e a higiene das crianças. Foi denunciada pela sua irmã ao Conselho Tutelar que, nesse caso, deverá:

- (A) representar ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e Juventude, para efeito das ações de perda do poder familiar.
- (B) incluir a mãe em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólicos e toxicômanos.
- (C) representar ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e Juventude, para efeito das ações de perda temporária do poder familiar.
- (D) encaminhar as crianças para serviços de acolhimento institucional e encaminhar denúncia da mãe para a polícia.
- (E) determinar a internação da mãe em estabelecimento psiquiátrico e providenciar acolhimento institucional para as crianças.

— QUESTÃO 25 —

A cidade de Cristal teve várias casas destruídas por causa de uma chuva de verão. C., de quatro anos, e F., de dois, perderam-se da mãe durante a tempestade. Ficaram numa escola que servia de abrigo para as pessoas que perderam suas moradias. Os responsáveis nada sabiam dos familiares das crianças. Mediante esta situação, o Conselho Tutelar deverá:

- (A) encaminhar as crianças para programas de acolhimento familiar.
- (B) fazer registro do caso na Delegacia de Polícia.
- (C) fazer representação para a Defensoria Pública.
- (D) encaminhar as crianças para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (E) conduzir as crianças para entidade de acolhimento institucional.

— QUESTÃO 26 —

J. é casada com E. Ambos têm 36 anos e dois filhos: J., de 11 anos, e M., de nove. Os pais trabalham, e os meninos estudam no período matutino, sem apresentarem problemas de conduta. Certo dia, os pais foram surpreendidos com a notícia de que seu filho J. matou a facadas seu colega, após a saída da escola porque este estava maltratando-o. Neste caso, o Conselho Tutelar deverá:

- (A) encaminhar a criança ao Ministério Público.
- (B) acompanhar a criança até a Delegacia de Polícia para que fique detida.
- (C) encaminhar a criança ao Juizado da Infância e Juventude.
- (D) adotar medidas protetivas cabíveis para proteger a criança.
- (E) aplicar medida de advertência aos pais.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 27 —

Um delegado de uma cidade do interior recebeu denúncia do seguinte fato: subtraíram o celular de uma servidora de uma instituição de abrigamento de crianças e adolescentes. Dois adolescentes foram apontados como sendo os autores do furto. Para descobrir quem pegou o aparelho, um dos funcionários, com uma máquina de choque, torturou um dos meninos para que ele dissesse quem pegou o aparelho. O Conselho Tutelar da cidade visitou a instituição e constatou que a máquina de choque era utilizada em vários tipos de situação. De acordo com o artigo 95 da Lei n. 8.069, de 1990, deverá o Conselho Tutelar:

- (A) solicitar ao Conselho Municipal de Diretos a cassação do registro da entidade.
- (B) determinar o afastamento definitivo dos seus dirigentes e encaminhar o caso ao Juizado da Infância e Juventude.
- (C) propor ao Juizado da Infância e Juventude a suspensão total do repasse de verbas públicas.
- (D) determinar a interdição da unidade em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (E) comunicar o fato ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

— QUESTÃO 28 —

Numa estrada que dá acesso ao aeroporto de um município de médio porte, foram encontradas pessoas seminuas, flagradas em pleno ato sexual dentro de carros, dentre as quais algumas adolescentes. A maioria das adolescentes estava ali no horário de aulas, com uniforme escolar, se prostituindo. Nesse caso, cabe ao Conselho Tutelar encaminhar as adolescentes para:

- (A) a instituição de tratamento psicológico.
- (B) o programa de acolhimento institucional e comunitário.
- (C) os pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade.
- (D) o programa de acolhimento familiar, mediante ofício.
- (E) o serviço de colocação em família substituta.

— QUESTÃO 29 —

Uma adolescente de 14 anos disse ter sido agredida por dois irmãos numa tradicional unidade de ensino. Segundo a vítima, ela foi agredida por uma colega de classe de 14 anos e pelo irmão dela, de 16 anos, e recebeu os primeiros socorros no colégio. A mãe procurou o Conselho Tutelar para reclamar que só soube da briga três horas depois do ocorrido e que o aviso não veio da escola e sim de uma amiga que ligou perguntando se a filha estava bem. Nesse caso, o Conselho deve:

- (A) aplicar medida de prestação de serviços aos agressores.
- (B) encaminhar notícia do fato ao Ministério Público.
- (C) requisitar apoio psicológico para as adolescentes.
- (D) encaminhar a família para o Conselho dos Direitos.
- (E) requisitar vaga em outra escola para a adolescente.

— QUESTÃO 30 —

Um homem de 41 anos foi preso em um município da região metropolitana da capital de Minas Gerais. De acordo com a Polícia Militar, na residência do homem foram encontradas em uma sacola plástica, que estava no quintal da casa, 114 buchas de maconha e 48 pedras de crack. Ainda segundo informações da Polícia Militar, também estavam na casa uma adolescente de 13 anos e uma criança de oito, que foram encaminhados para o Conselho Tutelar que não conseguiu localizar a família do adolescente e da criança. Nesse caso, o Conselho Tutelar deverá:

- (A) solicitar acolhimento institucional.
- (B) encaminhar para serviço de apoio econômico.
- (C) requisitar serviços de atendimento médico.
- (D) encaminhar para o CRAS.
- (E) inseri-las em unidade apoio socioeducativo em meio aberto.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 31 —

Uma dona de casa precisou de oito meses para conseguir levar sua filha de nove meses a uma consulta com um otorrinolaringologista e um fisioterapeuta e marcar outra avaliação com o terapeuta ocupacional. A criança tem anóxia grave (falta de oxigenação no cérebro), epilepsia e paralisia cerebral e precisava de acompanhamento com especialistas desde o nascimento. Ela ainda precisa conseguir que a filha passe o mais rápido possível por avaliação com um fonoaudiólogo e um oftalmologista, já que a criança tem dificuldade para enxergar e respirar. Os vizinhos acionaram Conselho Tutelar, que deve:

- (A) comunicar o fato ao Conselho Municipal de Saúde.
- (B) emitir ofício para o Ministério Público solicitando as consultas.
- (C) encaminhar denúncia sobre o caso ao Juizado da Infância e do Adolescente.
- (D) requisitar tratamento médico à Secretaria Municipal de Saúde.
- (E) encaminhar a criança para acolhimento institucional.

— QUESTÃO 32 —

Na região metropolitana de uma capital, 100 crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, trabalhando em situação inadequada, foram encontrados pela fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. O Conselho Tutelar verificou que as famílias tinham conhecimento da situação e, no entanto necessitavam da renda obtida com o trabalho de seus filhos para completar o orçamento familiar. Em casos como este, o Conselho Tutelar deve:

- (A) determinar que os empregadores regularizem a situação das crianças e dos adolescentes, assinando sua carteira.
- (B) determinar que apenas os que têm idade entre 16 e 17 anos permaneçam no trabalho.
- (C) incluir as crianças e os adolescentes em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- (D) encaminhar ofício ao Ministério Público solicitando a punição dos pais por exploração econômica dos filhos.
- (E) solicitar que os empregadores assegurem a todos condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

— QUESTÃO 33 —

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

- (A) ao direito dos pais de ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais.
- (B) ao respeito aos valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente.
- (C) à destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.
- (D) ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (E) ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

— QUESTÃO 34 —

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar:

- (A) a erradicação do analfabetismo em sua área de abrangência.
- (B) os indicadores de melhoria da qualidade do ensino.
- (C) os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.
- (D) a interrupção da oferta de ensino noturno regular.
- (E) a implantação de atendimento educacional especializado.

— QUESTÃO 35 —

Compete privativamente à União:

- (A) legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- (B) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (C) executar programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- (D) legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.
- (E) aplicar na educação vinte e cinco por cento de sua receita.

— QUESTÃO 36 —

O Sistema Único de Saúde (SUS) contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com:

- (A) conselho de saúde paritário, composto de 50% de representantes de entidades governamentais e 50% de entidades da sociedade civil, escolhidos em assembleias convocadas pelo Ministério Público.
- (B) conferências de saúde convocadas e organizadas pelo Ministério Público, composta de 50% de usuários, 25% de trabalhadores de saúde e 25% de gestores e prestadores de serviço.
- (C) conferência de saúde realizada anualmente e convocada pelo legislativo, compostas de 50% de entidades governamentais e 50% de entidades da sociedade civil.
- (D) comissão intersetorial de fiscalização de ações de saúde, composta exclusivamente de entidades dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos prestadores de serviços privados, sem fins lucrativos.
- (E) conselho de saúde composto de 50% de entidades de usuários; 25% de entidades dos trabalhadores de saúde; 25% de representantes de governo e de prestadores de serviços privados conveniados, com ou sem fins lucrativos.

— QUESTÃO 37 —

Compete exclusivamente à direção nacional do SUS:

- (A) promover a descentralização, para os municípios, dos serviços e das ações de saúde.
- (B) acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde.
- (C) definir e coordenar os sistemas de vigilância epidemiológica.
- (D) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- (E) participar, junto com órgãos afins, do controle dos agravos do meio ambiente.

— QUESTÃO 38 —

Conforme o artigo 5º da Lei n. 8.080/1990, entre os objetivos do SUS destaca-se o seguinte:

- (A) identificar e divulgar os fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- (B) fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas, para consumo humano.
- (C) avaliar o impacto que as tecnologias provocam à saúde humana e animal.
- (D) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o ambiente do trabalho.
- (E) executar ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

— QUESTÃO 39 —

O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS), instituído pela Lei n. 8.487/2006, tem entre seus objetivos:

- (A) coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade.
- (B) implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda.
- (C) adotar mecanismo de acompanhamento e avaliação e indicadores de impacto social das políticas, dos planos e programas.
- (D) utilizar prioritariamente terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social.
- (E) incentivar a pesquisa e incorporar desenvolvimento tecnológico e formas alternativas de produção habitacional.

— QUESTÃO 40 —

Entre os princípios que a estrutura, a organização e a atuação do SMHIS devem observar está o da:

- (A) gestão democrática com vistas à urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social.
- (B) sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados e incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia.
- (C) utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou sub-utilizadas, inseridas na malha urbana, sem prejuízo dos empreendimentos imobiliários da iniciativa privada.
- (D) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual e do município, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social.
- (E) necessidade de estabelecer mecanismo de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda, em conformidade com a legislação.